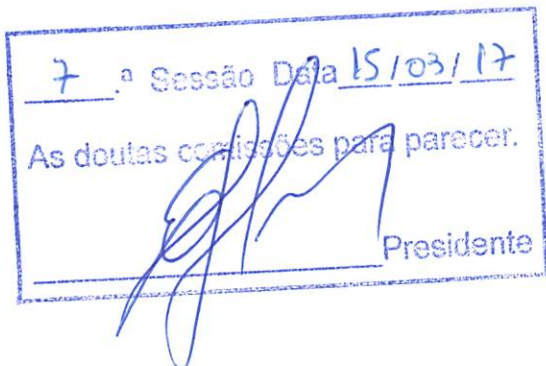




*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**PROJETO DE LEI Nº**

012 /17



Determina a obrigatoriedade, por parte das Construtoras e Empreiteiras, de instalação de grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas em edifícios construídos em todo o Estado de São Paulo, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE  
DECRETA:**

Artigo 1º - Fica obrigatória a instalação de grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas de edifícios construídos em toda a cidade de Praia Grande.

Artigo 2º - A responsabilidade relacionada a instalação das grades e redes, inclusive financeira, é das Construtoras e Empreiteiras, sem cobrar por qualquer ônus ou valor a mais ao proprietário do imóvel.

Parágrafo único - As redes e grades de proteção devem ser certificadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.

Artigo 3º - Os proprietários poderão no ato da compra do Imóvel optar ou não pela instalação dos equipamentos de proteção previstos nesta lei.

9.ª Sessão Data 29/03/17  
Encaminhamento RETINADO  
pe/ + AUTORA

Presidente



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

Parágrafo único - Caso não tenha interesse, o proprietário deverá se manifestar e comunicar a Construtora ou Empreiteira no ato da aquisição do imóvel, de forma que conste no Contrato de Venda e Compra.

Artigo 4º - Depois de instalados os materiais de segurança - redes e grades -, também deverá o INMETRO efetuar a certificação, expedindo um selo de certificação no material instalado.

Artigo 5º - A construtora e a empreiteira que não cumprir levará multa no valor correspondente a 1% do valor do contrato por unidade. Persistindo o descumprimento por 30 (trinta) dias, a multa será cobrada em dobro e assim sucessivamente.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei visa cumprir com o dever do Poder Público de zelar, vigiar, dar atenção e cuidar da população, estabelecendo mecanismos que possibilitem a proteção e prevenindo a ocorrência de acidentes relacionados com a falta da rede ou grade de proteção, principalmente entre crianças e jovens.

A proteção deve ser global, atendendo a janelas, sacadas, mezaninos e varandas. As redes e grades de proteção preservam vidas e aumentam a segurança nos domicílios verticais, proporcionando aos moradores mais segurança sem gerar custo adicional.

Presenciamos no último fim de semana a tragédia que ocorreu em nossa cidade, quando uma criança de quatro anos caiu do décimo sexto andar. Segundo o Boletim de Ocorrência, o apartamento em questão não possui grades ou redes de proteção.

Na certeza de poder contar com o apoio para dar continuidade a um trabalho que tem como prioridade a excelência em atendimento, suprimindo as necessidades da população de nossa cidade, pelo grande alcance da proposição ora apresentada, requeremos e contamos com a imprescindível atenção por parte dos munícipes e do Prefeito Alberto Pereira Mourão, uma vez que o presente projeto de lei é de grande importância para os cidadãos visando a segurança e o bem-estar.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 15 de Março de 2017.

**JANAINA BALLARIS**  
**VEREADORA**





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**PROCESSO Nº 049/17**

**FOLHA DE INFORMAÇÃO**

Sr. Presidente,


Abro o presente processo, composto de 03 fls., referentes a(o) PROJETO DE LEI Nº 012/17 e uma folha de informação.

Praia Grande 16 de março de 2017.

  
**Fabiano Cardoso Vinciguerra**  
**Operador Técnico**

para manifestação.

Praia Grande, 16 de março de 2017.

  
**Manoel Roberto do Carmo**  
**Diretor Legislativo**



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

**À DIRETORIA LEGISLATIVA**  
**SENHOR DIRETOR:**

Trata-se de projeto de lei, apresentado pela Nobre Vereadora JANAINA BALLARIS, que determina a obrigatoriedade, por parte das Construtoras e Empreiteiras, de instalação de grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas em edifícios construídos em todo o Município de Praia Grande.

O projeto em questão pretende criar condições para melhoria da segurança de crianças, criando obrigações às empresas construtoras.

O projeto prevê a opção para não instalação do equipamento, por iniciativa do comprador do imóvel, resguardando assim a liberdade do proprietário manter esse tipo de rede de proteção em seu imóvel.

A matéria insere-se na competência concorrente do Poder Legislativo Municipal, uma vez que não traz obrigações a outros poderes institucionais, bem como não gera despesas imprevistas na lei orçamentária, tratando de assunto de interesse local, conforme artigo 30 da CF/88.

Nesse passo é que o projeto ora apresentado, não encontra restrição de ordem legal ou regimental que impeça a sua apreciação pelo Colendo Plenário.

Praia Grande, 17 de março de 2017.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Procurador

Às duntas comissões, para análise e deliberação quanto ao parecer do Procurador.

Praia Grande, 17 de março de 2017.

  
**MANOEL ROBERTO DO CARMO**  
Diretor Legislativo



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 049/17

PROJETO DE LEI Nº 12/17

AUTOR: Vereadora JANAINA BALLARIS

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Relator: Vereador EDUARDO RODRIGUES XAVIER

PARECER

Senhor Presidente:

Às catorze e vinte minutos minutos do dia vinte de março de dois mil e dezessete, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Justiça e Redação a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata o presente projeto de lei, apresentado pela Nobre Vereadora JANAINA BALLARIS, que determina a obrigatoriedade, por parte das Construtoras e Empreiteiras, de instalação de grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas em edifícios construídos em todo o Município de Praia Grande.

O projeto em questão pretende criar condições para melhoria da segurança das crianças, criando obrigações às empresas construtoras.

O projeto prevê a opção para não instalação do equipamento, por iniciativa do comprador do imóvel, resguardando assim a liberdade do proprietário manter esse tipo de proteção em seu imóvel.

A matéria insere-se na competência concorrente do Poder Legislativo Municipal, uma vez que não traz obrigações a outros poderes institucionais, bem como não gera despesas imprevistas na lei orçamentária, tratando de assunto de interesse local, conforme artigo 30 da CF/88.

Nesse passo esta Comissão, analisando o projeto ora apresentado, não encontra restrição de ordem legal ou regimental que impeça a sua apreciação pelo Colendo Plenário.

QUORUM: MAIORIA SIMPLES.

MARCELINO SANTOS GOMES

EDUARDO RODRIGUES XAVIER

SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

**A PROCURADORIA JURÍDICA:**

Conforme solicitado, segue Processo n.º 049/17, para revisão.  
Praia Grande, 30/03/2017



**MANOEL ROBERTO DO CARMO**  
**Diretor Legislativo**





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

**DIRETORIA LEGISLATIVA;**  
**SENHOR DIRETOR:**

Trata o presente processo de PROJETO DE LEI n.º 012/17, de autoria da Nobre Vereadora JANAINA BALLARIS, assim ementado: **Determina a obrigatoriedade, por parte das Construtoras e Empreiteiras, de instalação de grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas em edifícios construídos no Município de Praia Grande.**

Apesar de a Douta Comissão de Justiça e Redação haver exarado parecer favorável, sem ressalvas, aos 20/03/2017, há necessidade de uma revisão do texto proposto, visando afastar óbices que impedem à sua apreciação pelo Colendo Plenário.

Inicialmente, deverá ser substituído o termo "Estado de São Paulo" por "Município de Praia Grande", na EMENTA do Projeto.

Na sequência, propomos alterar a redação do artigo 1.º:

Artigo 1.º - Fica obrigatória a instalação de grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas dos edifícios construídos ou em construção, no Município de Praia Grande, a partir da vigência da presente Lei.

Essa alteração se faz necessária porque não faz sentido exigir que as construtoras e empreiteiras recebam o encargo de instalar redes e grades nos Edifícios já entregues aos compradores.

Da mesma forma, sem a alteração ora proposta, o proprietário se verá obrigado a atender ao comando legal sem qualquer possibilidade de opção, o que invade a esfera íntima do seu direito de propriedade.

Propomos também a alteração do artigo 5.º do Projeto, uma vez que não pertence ao Legislativo a criação e instituição de multas, que é uma espécie de receita orçamentária.

Assim deve ser a nova redação deste dispositivo:

Artigo 5.º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 dias a contar de sua vigência, inclusive para estabelecer as penalidades pelo seu descumprimento.

Feitas as correções acima, e submetidas ao crivo da Comissão de Justiça e Redação, para a necessária revisão, a Procuradoria Jurídica é de parecer favorável à submissão do mesmo à elevada deliberação colegiada. Praia Grande, 30 de março de 2017.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Procurador





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

**DOUTA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO:**

Segue Projeto de Lei n.º 012/17, para revisão do parecer, a pedido do Procurador.

Praia Grande, 30 de março de 2017.

**MANOEL ROBERTO DO CARMO**  
**Diretor Legislativo**



***Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande***  
***Estado de São Paulo***

Em 5 de agosto de 2020.

Excelentíssima Sra. Vereadora  
JANAÍNA BALLARIS  
N E S T A

Ref.: Processo Legislativo nº 049/2017

Prezada Senhora,

Levo a vosso conhecimento que encontra-se sobrestado e aguardando vossa deliberação acerca do Processo nº 049/2017, referente ao Projeto de Lei nº 012/2017, que determina a obrigatoriedade, por parte das Construtoras e Empreiteiras de instalação de grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas em edifícios construídos em todo o Estado de São Paulo, e dá outras providências.

De acordo com o Regimento Interno, no início de cada legislatura a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na Legislatura anterior, que estejam sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes.

Respeitosamente,

  
Rogério Domingos Silva  
Enc. Serviços Legislativos

**CÓPIA**





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo**

**PROCESSO Nº 049/17**

**PROJETO DE LEI Nº 12/17**

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Relator: Vereador MARCELINO SANTOS GOMES**

**REVISÃO DO PARECER**

**SENHOR PRESIDENTE:**

Às quatorze horas do dia 03 de abril de 2017, no Plenário da Câmara Municipal de Praia Grande, presentes todos os seus Membros, reuniram-se os componentes da Douta Comissão de Justiça e Redação, a fim de estudar o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata o presente processo de PROJETO DE LEI n.º 012/17, de autoria da Nobre Vereadora JANAINA BALLARIS, assim ementado: **Determina a obrigatoriedade, por parte das Construtoras e Empreiteiras, de instalação de grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas em edifícios construídos em todo o Estado de São Paulo, e dá outras providências.**

Apesar de a Douta Comissão de Justiça e Redação haver exarado parecer favorável, sem ressalvas, aos 20/03/2017, há necessidade de uma revisão do texto proposto, visando afastar óbices que impedem à sua apreciação pelo Colendo Plenário.

Inicialmente, deverá ser substituído o termo “Estado de São Paulo” por “Município de Praia Grande”, na EMENTA do Projeto.

Na sequência, propomos alterar a redação do artigo 1.º:





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo**

**Artigo 1.º - Fica obrigatória a instalação de grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas dos edifícios em construção, no Município de Praia Grande, a partir da vigência da presente Lei.**

Essa alteração se faz necessária porque não faz sentido exigir que as construtoras e empreiteiras recebam o encargo de instalar redes e grades nos Edifícios já entregues aos compradores.

Da mesma forma, sem a alteração ora proposta, o proprietário se verá obrigado a atender ao comando legal sem qualquer possibilidade de opção, o que invade a esfera íntima do seu direito de propriedade.

Propomos também a alteração do artigo 5.º do Projeto, uma vez que não pertence ao Legislativo a criação e instituição de multas, que é uma espécie de receita orçamentária.

Assim deve ser a nova redação deste dispositivo:

**Artigo 5.º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 dias a contar de sua vigência, inclusive para estabelecer as penalidades pelo seu descumprimento.**

Feitas as correções acima, esta Comissão de Justiça e Redação é de parecer favorável à submissão do mesmo à elevada deliberação colegiada, porque formalmente em ordem.

O mérito, contudo, fica reservado à soberania do Colendo Plenário.

Praia Grande, 30 de março de 2017.

**MARCELINO SANTOS GOMES**

**EDUARDO RODRIGUES XAVIER**

**SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA**